



A SEXUALIDADE EM CENA: UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO SOBRE PERIÓDICOS FEMINISTAS DE BRASIL E ARGENTINA (1974-1985)

Maria Cristina de Oliveira Athayde¹

A partir de uma análise comparativa, proponho a compreensão da maneira como os periódicos Nós Mulheres e Persona, publicados, respectivamente, no Brasil e na Argentina, discutiram as questões relacionadas ao sexo e ao prazer, que faziam parte das reivindicações do movimento feminista pós-1960, expressas pelo slogan “O nosso corpo nos pertence”.

Minha intenção nesta comunicação é analisar criticamente os discursos das escritoras, jornalistas e militantes que publicavam seus textos nos periódicos feministas, e também nos da grande imprensa, tendo em mente que esses escritos estiveram permeados de intencionalidade e foram produzidos em um *locus* específico, de mulheres que escreviam para outras mulheres.

Meses atrás ouvi um comentário dentro do ônibus que costumo usar para chegar ao campus universitário e me reporto a ele neste momento, pois acredito que indiretamente remete à “*querelle des femmes*” ou “guerra dos sexos”: “No começo elas eram só cobradoras, agora já são motoristas, afinal, elas são iguais aos homens e têm os mesmos direitos”. O tom usado para o “afinal” me soou estranho, como se a pessoa quisesse dizer: “Não tem mais jeito, elas estão aí ocupando o nosso lugar”.

A escrita sobre a sexualidade esteve por muito tempo restrita aos saberes masculinos em relação ao comportamento sexual das mulheres. Corpos dóceis, corpos disciplinados, uma nova forma de alienação. Para Michel Foucault, a nossa sociedade ocidental é caracterizada por viver uma *scientia sexualis*², enquanto a oriental vive uma *ars erótica*. Mas como falar em silêncio sobre a sexualidade se, de acordo com Foucault, nenhuma outra sociedade produziu tanto em matéria de sexo? É um interessante desafio a ser enfrentado.

Foucault nos mostra que em meados do século XVIII “[...] nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo. E não tanto sob a forma de uma teoria geral da sexualidade, mas sob a forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais”³. As práticas sexuais até o final do século XVIII eram regidas por três grandes códigos explícitos: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Estas fixavam a linha divisória entre o lícito e o ilícito. Os praticantes de uma sexualidade regular – o casal legítimo – teriam direito a uma maior discricção, mesmo que estivessem sob uma norma mais rigorosa, porém

¹ Mestre em História Cultural /UFSC. E-mail: macrioatha@hotmail.com

² Segundo Foucault, *scientia sexualis* são os procedimentos que se ordenam quanto ao essencial, em função de uma forma de poder-saber rigorosamente oposta à arte das iniciações e ao segredo magistral, que é a confissão para dizer a verdade do sexo; enquanto que na *ars erótica* “[...] a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido enquanto experiência”. Cf. FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber, p. 57-58.

³ Ibidem, p. 26.



mais silenciosa. Os objetos de interrogatório são a sexualidade das crianças, dos loucos, dos criminosos, dos que amam os seus iguais, enfim as sexualidades periféricas⁴.

A análise dos periódicos pesquisados aponta para a invisibilidade das sexualidades periféricas. Nas páginas desses jornais, pouco ou nenhum espaço lhes era reservado.

Sexo e pecado

Diferentemente do periódico argentino *Persona* das primeira e segunda etapas, onde não localizei qualquer artigo que trouxesse em seu título as palavras sexualidade, sexo, orgasmo e prazer (refiro-me às edições às quais tive acesso), *Nós Mulheres*, no número 6 de 1977 trazia o artigo “Sexo: pecado para as mulheres”. Nele, as editoras colocavam a questão do corpo como apenas um atrativo e lembravam: “[...] queremos agradecer aos homens para encontrar um que nos ame e a quem amemos. Daí, nos casaremos, teremos muitos filhos e seremos muito felizes, como nas histórias de fadas”. Não podemos deixar de destacar a clara ironia presente nesta fala. Entretanto, esse era apenas o mote para o periódico abordar a questão da sexualidade, dos métodos contraceptivos e da apropriação do corpo das mulheres⁵.

A questão inicial que abria o artigo retratava a preocupação com um físico em forma e saudável. Em seguida encontramos um interessante posicionamento, que afirmava que a vida sexual das mulheres não poderia ficar resumida tão somente a “agradar ao marido e procriar”. E que a

[...] sexualidade é muito mais que isso: é uma fonte inesgotável de prazeres físicos e psicológicos, de enriquecimentos e de ampliação da afetividade. Infelizmente, porém, nem todas as mulheres conseguem usufruir de seu corpo pois são, muitas vezes, usadas de forma brutal como objeto sexual do marido, ou então tratadas como meras máquinas de parir filhos⁶.

No mesmo artigo afirmavam que, a partir do momento em que as mulheres puderam dominar seus corpos, “[...] pela contracepção (evitando a gravidez), separando assim a sexualidade da procriação, um grande passo foi dado no sentido da emancipação feminina”⁷. Ressaltavam que desse modo ficava mais fácil escolher “[...] se desejam ou não ter filhos e, desta maneira amar sem o temor da gravidez indesejada”⁸. A palavra “amar” soa um tanto quanto deslocada no sentido geral da frase, uma descrição num artigo tão contundente? Ou simplesmente um vocábulo da época que podia ser traduzido como relação sexual? Talvez na parte final do artigo consigamos mais subsídios

⁴ Ibidem, p. 39.

⁵ *Nós Mulheres*. Sexo: pecado para as mulheres. Ano 2. N. 6. São Paulo, 1977, p. 13.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

⁸ Idem.



para compreender o que queriam expressar com a palavra “amor”; nela destacavam que outros passos importantes precisavam ser dados.

[...] é preciso enxergar o próprio corpo não como instrumento de prazer do outro, mas como fonte de prazer para ambos os sexos; é preciso ver que o sexo é bom, saudável e que o amor é uma das necessidades mais vitais de homens e mulheres⁹.

No artigo citado percebemos o que a equipe que compunha o corpo editorial do periódico Nós Mulheres entendia como sexualidade. Este modo de compreensão se aproxima daquilo que o sociólogo Anthony Giddens apresenta em seu livro A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. O autor nos dá uma primeira noção do que é para ele sexualidade, utilizando-se de um conceito moderno, no momento em que a sexualidade já está desvinculada da reprodução: “A sexualidade plástica é a sexualidade descentralizada, liberta das necessidades de reprodução, [...] liberta a sexualidade da regra do falo, da importância jactanciosa da experiência sexual masculina”¹⁰.

Ressalto que essa desvinculação é uma característica mais acentuada na sociedade ocidental, onde os métodos contraceptivos contemporâneos estiveram, desde o começo, mais acessíveis a um número maior de mulheres e homens, assim como as novas tecnologias reprodutivas.

Desde muito tempo sexualidade e reprodução estiveram imbricadas. Entendamos aqui reprodução e sexualidade femininas. Inicialmente, a sexualidade era vista como ligada apenas à relação sexual, mas hoje podemos pensar sexualidade como uma dimensão fundamental do ser humano, que implica sexo, gênero, identidade sexual e de gênero, orientação sexual, erotismo, afeto, amor e reprodução. Experimenta-se e expressa-se em pensamentos, fantasias, desejos. A sexualidade é o resultado da interação de fatores biológicos, psicológicos, socioeconômicos, culturais, éticos¹¹.

Muitas rupturas vão acontecendo no decorrer do século XX em relação à sexualidade. Freud, em 1905, comunicou um “descolamento de perspectiva”¹² no qual a satisfação era a função primeira da sexualidade, mas ainda como norma permanecia a satisfação obtida através da relação heterossexual-genital. Ele não transcendeu a normalidade heterossexual e reprodutiva, mas introduziu ao palco dos debates o prazer, a satisfação.

⁹ Idem.

¹⁰ GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. UNESP, 1993, p. 10.

¹¹ Disponível em www.cepal.org/publicaciones/xml/4/23024/PSE2005_cap4_salud.pdf, p. 241. Acessado em 20.08.2006.

¹² GIAMI, Alain. Palestra: Cem anos de heterossexualidade. Florianópolis: UFSC, 13.04.2006.



Mariska Ribeiro, em seu artigo “Direitos reprodutivos e políticas descartáveis”, de 1993¹³, nos conta que “Os direitos de reprodução têm sido a reivindicação primeira e mais significativa do movimento de mulheres no mundo inteiro”. Bem como os direitos reprodutivos “Constituem os direitos que as mulheres têm – ou deveriam ter – de viver a sexualidade a partir de seus desejos, desvinculando-a ou não da maternidade”. E incluíram, em sua conceituação, a “[...] responsabilidade do homem nas consequências da vida sexual, responsabilidade essa tradicionalmente delegada às mulheres”. Além disso, políticas públicas como “[...] instrumentos capazes de ampará-las para que suas escolhas possam ser conscientes, dentro de um contexto que lhes facilite a tomada de decisões”¹⁴. O que a feminista Mariska Ribeiro expõe em seu artigo de 1993 está próximo dos anseios trazidos pelo Nós Mulheres com o artigo em questão.

Esse é um dos textos em que constatei um posicionamento mais contundente em relação à utilização dos corpos das mulheres como objeto de desejo, mesmo que a escrita estivesse imbuída de certa aura de vitimização. Outra questão importante tocada no artigo é a do prazer sexual das mulheres, bem como a expressão do desejo, que já tinha sido abordada na crônica “Lindonéia ou o peso da vida”, veiculada na primeira edição do periódico brasileiro, e que veremos mais à frente.

Um pouco antes disso, na Argentina, questões relacionadas ao prazer, ao desejo e ao sexo, entre outras, praticamente não eram tratadas no Persona de 1974 a 1976. Encontramos pouquíssimas referências a esses assuntos. Algumas vezes a palavra sexo aparecia, mas como categoria de análise, ligada ao sexismo.

O sexismo era definido no editorial do primeiro número do Persona, em 1974: “*El sexismo es el sistema por el cual se distribuyen tareas – y roles – en función del sexo*”¹⁵. Acrescentavam que essa prática levava a classificações como o “feminino passivo” e o “masculino ativo”, entre outras; e que fixar linhas demarcatórias entre os sexos é o mesmo que ignorar “[...] *la amplitud y movilidad de la vida humana y reducirla a una limitadísima visión maniquea*”¹⁶. Apenas com a igualdade de possibilidades para ambos os sexos desde o nascimento se poderia derrubar as arbitrariedades impostas pelo sexismo¹⁷.

Igualdad de posibilidades que incluya educación no tendenciosa para mujeres y varones, expectativas similares para ambos y apertura para el ingreso de mujeres en los dominios creativos, legales, profesionales, etc. y

¹³ RIBEIRO, Mariska. Direitos reprodutivos e políticas descartáveis. Estudos Feministas. Ano 1. N. 2. Rio de Janeiro: CIEC Escola de Comunicação UFRJ, 1993, p. 400-407.

¹⁴ Idem, p. 400.

¹⁵ Persona, Editorial. Ano 1. N. 1. Buenos Aires, outubro, 1974, p.4.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Persona, Editorial. Ano 1. N. 1. Buenos Aires, outubro, 1974, p. 4.



viceversa. Que los límites de acción estén diseñados por la capacidad de cada uno como individuo y no por los que su sexo parece imponerles¹⁸.

Esse tipo de pensamento polarizado reflete como por muito tempo se elaborou estruturas mentais e físicas que determinaram os lugares ocupados por mulheres e homens na sociedade. Vários estudos nos mostram como se hierarquizavam os “sexos” e como, mesmo entre os “iguais”, se estabelecia essa diferenciação.

No Nós Mulheres, localizei artigos que abordavam a questão da divisão de sexos¹⁹, ou seja, que criticavam a estrutura da sociedade que definia como se deveria educar as meninas e os meninos. Eles deveriam ser educados para ser os futuros provedores; enquanto elas seriam ensinadas ou construídas nos moldes da submissão e docilidade para assumir o papel de futuras mães. Um dos artigos que abordava essa temática era “Menino pode, menina não”²⁰ publicado na edição número 5 de 1977.

Na primeira edição do Persona o texto “*La Cultura Sexista*”, da feminista radical Kate Millet, abordava a dominação masculina e como as relações entre homens e mulheres deveriam ser pensadas pelo viés político, assim como eram pensadas as relações entre brancos e negros. Dizia que a revolução cultural que estava acontecendo poderia definir novas formas de relação entre os sexos e que elas, assim como a revolução, deveriam começar com amor²¹.

Para Millet, o sexo era assim pensado: “*El sexo es cómico, es sucio, y es algo que tienen las mujeres. Los varones no son seres sexuales, son Personas, son la humanidad*”²². A autora abordava a questão do homem dominado pela mulher, que segundo ela “[...] *no es solamente un mito, sino que es un mito político eficaz, mito inventado o difundido para servir a la finalidad política de una racionalización o un ablandamiento y en parte una negación del poder*”²³. Portanto a autora negava a possibilidade da existência de uma sociedade matriarcal, anterior ao estabelecimento do patriarcado.

Falar ou escrever sobre sexualidade armava os ouvidos dos confessores. Era uma questão tão delicada, considerada de foro íntimo, que na primeira e na segunda etapa do argentino Persona, as palavras relacionadas ao tema como prazer, orgasmo, sexo estavam quase ausentes. Tendo em mente essas mudanças, podemos analisar como essas transformações nas relações familiares e nas relações interpessoais foram abordadas (se é que foram) nas páginas dos periódicos feministas.

¹⁸ Ibidem, p. 5.

¹⁹ Nós Mulheres. Isto é coisa de menina” – meninas jogando futebol ... por que não? Ano 2. N. 6. São Paulo, 1977, p. 7.

²⁰ Nós Mulheres. Menino pode, menina não. Ano 2. N. 5. São Paulo, 1977, p. 5.

²¹ MILLET, Kate. La cultura sexista. Persona, Ano 1. N. 1. Buenos Aires, outubro, 1974, p. 14-17.

²² Idem.

²³ Idem (grifo da autora).



Anthony Giddens pontua as transformações que modificaram a noção que se tinha de “intimidade”. O privado, de vários modos tornou-se público e as questões que anteriormente eram debatidas apenas em divãs de psicanalistas ou nos confessionários passaram a ser tocadas também nas páginas dos jornais e em alguns programas de televisão. Mas como a sexualidade passou da sombra à luz de estudos e das manchetes dos periódicos?

Jornais brasileiros traziam notas ou artigos que abordavam a temática. Podemos citar o Jornal do Brasil, a revista Claudia e a revista Realidade. Com relação aos periódicos da Argentina, algumas poucas pesquisas abordam as questões da sexualidade e do erotismo na grande imprensa²⁴.

A feminista brasileira Mariska Ribeiro aponta que

[...] a partir dos anos de 1960, a sexualidade feminina, com tudo que contém de específico, tornou-se ‘visível e audível’ em todo mundo pela voz do movimento das mulheres, em cujo contexto o reconhecimento do corpo como instrumento de prazer cunhou o slogan “nosso corpo nos pertence”²⁵.

Voltando ao periódico argentino, encontramos outra referência à sexualidade no editorial da sua segunda edição de 1974. “*Otra pauta cultural es la amplitud de la represión – o no – de la sexualidad*”²⁶. Uma referência a Foucault? Possivelmente.

Na mesma edição, temos a seguinte pergunta: “¿Por qué?” Ao lado dela aparece a imagem de uma mulher com a cabeça voltada para o chão, denotando sua submissão. A chamada destacava os efeitos que a transformação da mulher “*en puro objeto erótico*” estava acarretando. E apontava a ideologia machista como a responsável pelo confinamento do papel feminino que culminava na maternidade e que a destruição da mulher como ser humano trazia seus efeitos:

- a) desajuste, perturbaciones mentales y enfermedades provocadas por esta situación;
- b) paralización y deterioro de las facultades creadoras, posibilitando regresiones mentales y afectivas serias, quedando marginadas del proceso evolutivo ascendente de la especie humana;
- c) desequilibrante carencia para la sociedad y la cultura, que se ha visto privada del pensar, sentir y obrar de la mitad de la humanidad²⁷.

O quadro acima descrito é perturbador, mas eficiente no sentido de abalar as estruturas mentais das(os) leitoras(es).

Ainda tendo como enfoque a “mulher”, enquanto objeto erótico, encontramos no artigo “*El machismo en la calle – o una agresión cotidiana*”²⁸, publicado na mesma edição de número 2, um relato de como as mulheres eram abordadas e tratadas nas ruas. Destacava que as mulheres, mesmo

²⁴ Rose Marie Muraro. O sexo, a inconsciência que ilumina. Jornal do Brasil. Ano 4. N. 75. Rio de Janeiro, 10.05.1975, p. 8; AMARAL, Zózimo Barrozo do. A greve do Sexo. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 17.10.1975, p. 3; DIAS, Ivan Morão. Amar Melhor. Claudia. São Paulo, fevereiro de 1979, p. 218-219; Claudia. O sexo bem explorado. N. 217. São Paulo, outubro de 1979, p. 27. Acervo: Museu de Comunicação, Porto Alegre, RS.

²⁵ RIBEIRO, Mariska. Op. Cit., p. 401.

²⁶ Persona. Editorial. Ano 1. N. 2. Buenos Aires, 1974, p. 4.

²⁷ Persona. Editorial. Ano 1. N. 2. Buenos Aires, 1974, p. 19.

²⁸ HILDA. El machismo en la calle – o una agresión cotidiana. Persona. Ano 1. N. 2. Buenos Aires, 1974, p. 54-55.



em companhia de outras, eram questionadas com a “[...] famosa pergunta: ‘¿solas? con todas sus variantes (‘¿que hacen por aquí unas chicas tan monas SOLAS?’, etc.)”²⁹. Esse comportamento refletia uma mentalidade machista, de acordo com o artigo, que afirmava que para uma mulher não estar sozinha ela precisaria estar acompanhada por “un varón”. No final, aparece a relação desse tipo de conduta de sedução masculina com a agressividade em relação às mulheres: “[...] porque nos cosifica, nos convierte en un OBJETO. [...] creen tener el derecho y la obligación de decirnos cuanta cosa se les ocurra acerca de nuestro cuerpo”³⁰.

Essa questão de mulher objeto estava presente em alguns estudos e podemos relacioná-la com as diferentes posições do movimento feminista em relação tanto ao uso do corpo da mulher na publicidade como das divergências quanto ao tema prostituição³¹.

Retornando ao periódico argentino, encontramos no *Persona* da segunda etapa a reprodução do artigo “*El falocentrismo y el acto*”³², de K. Totkin, publicado anteriormente no *Rough Times*. Acima do artigo vê-se uma epígrafe que contava a história de Tirésias, que vivera a experiência de ser homem e mulher. Questionado pelos deuses Júpiter e Juno sobre qual dos dois sexos sentiria maior prazer,

Tiresias, sin dudar, contestó que las mujeres. Sin embargo, en los dos mil años que van desde la época de Ovidio a la nuestra, se ha construido una mitología que no solo sostiene lo contrario, sin que la sexualidad femenina, definida por los machos, ha sido degradada, reprimida, negada y canalizada con el objeto de sostener la supremacía masculina³³.

Totkin pontuava que existia um culto ao falo, que era ao mesmo tempo um símbolo de toda a sexualidade, bem como de poder. O artigo fazia uma crítica a essa veneração, mostrando que, da mesma forma que havia uma opressão econômica e social, seria conveniente que houvesse uma opressão sexual, e que a origem a esse culto “[...] intenta convencer a varones y mujeres de que el

²⁹ Idem (grifo da autora).

³⁰ Idem (grifo da autora).

³¹ A prostituição, como a pornografia, é um tema controverso. As posições das feministas sobre o assunto são divididas, assim como as das autoridades. Temos a corrente abolicionista, cujas militantes “[...] definem o comércio sexual em si como uma violência, independentemente das condições de autonomia ou coerção das mulheres que o realizam”. No entanto, as “trabalhadoras do sexo”, nos anos 1970, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, exigiram o reconhecimento social e legal de seu trabalho e das pessoas que fornecem serviços sexuais como cidadãs. Recebem apoio de outra corrente feminista: as antiabolicionistas. Cf. PHETERSON, Gail. Prostituição II. In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009, 205-206. As antiabolicionistas sustentam que “[...] se é profissão escolhida, deve ser reconhecida e contar com os direitos trabalhistas”. Cf. *Estudos Feministas*. Encarte. Vol. 15. N. 1. Florianópolis, janeiro-abril, 2007, p. 11.

³² TOTKIN, K. El falocentrismo y el acto. *Persona*. Sección Ensayos y teorías. Columna Sexualidad. N. 5. Buenos Aires, 1975, p. 18-20.

³³ *Ibidem*, p. 18. O mito de Tirésias foi a base do enredo do filme *Tirésia* (2003, do diretor francês Bertrand Bonello). No filme, Tirésia é um transexual brasileiro que se prostitui nos subúrbios de Paris e é sequestrado e mantido em cativeiro por um cliente. Como no mito, Tirésias é cegado e adquire o dom da profecia.



*falo es la fuente de todo poder y de toda sexualidad*³⁴. Destacava que o clitóris era descrito como “*pene atrofiado y disminuído*” e que isso ocorria em razão de mulheres e homens conhecerem o que seria um pênis, mas não sabiam o que era um clitóris. Continuava, afirmando que nas relações heterossexuais não havia uma “[...] *promesa de placer físico para la mujer, nos vemos inclinadas a considerar nuestros contactos sexuales como actos de amor y de comunicación íntima que como placeres de la carne*”³⁵. Os prazeres estariam reservados apenas aos homens, enquanto que as mulheres almejavam companheiros que as amassem³⁶.

Interessante observar o argumento de Thomas Laqueur, elaborado duas décadas depois. Segundo ele, “O lugar-comum da psicologia contemporânea – de que o homem deseja o sexo e a mulher deseja relacionamentos – é a exata inversão das noções do pré-Iluminismo que, desde a Antiguidade, ligava a amizade aos homens e a sensualidade às mulheres”³⁷. Na prática anterior à “revolução sexual”, a sensualidade e a própria sexualidade não eram para as mulheres que queriam ser respeitadas socialmente.

K. Totkin problematizava como o falocentrismo inculcia nas mulheres o sentido de culpa.

Si deseamos que se nos estimule el clítoris directamente nos sentimos culpables o egoístas por distraer al varón de su pene, órgano en el cual se supone que deben estar concentrados ambos participantes. [...] En resumen, nos sentimos culpables cada vez que pensamos en nuestra sexualidad en un contexto que no está orientado hacia el falo³⁸.

A parte final do artigo, era dedicada a abordar a questão da frigidez. A autora destacava que o movimento feminista da época estava estudando a sexualidade feminina, preocupado em encontrar soluções para o “grave problema da frigidez”³⁹. Entretanto, se estava tentando resolver esse “problema” através dos homens, ou seja, estimulando a ereção mais prolongada, para atender “[...] *la mujer [...] más lenta para llegar orgasmo*”. Termina afirmando que “[...] *la verdadera revolución sexual solo puede tener éxito como parte integrante de la más amplia revolución*

³⁴ TOTKIN, K. Op. Cit., p. 18.

³⁵ Idem.

³⁶ Ibidem, p. 19.

³⁷ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p.15.

³⁸ TOTKIN, K. Op. Cit.

³⁹ A questão da frigidez também esteve muito presente nos jornais brasileiros da grande imprensa. Era a época dos sexólogos, como afirma André Béjin. Cf. BÉJIN, André. O poder dos sexólogos e a democracia sexual. In: ARIÈS, Philippe e BÉJIN, André (Orgs.). *Sexualidades ocidentais*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 236-254.



feminista”⁴⁰. Com este artigo, encontramos pela primeira vez a palavra orgasmo e clitóris, dentro de um contexto freudiano⁴¹.

Essa edição de *Persona*, em sua segunda etapa, marca uma ruptura ao veicular artigos que abordavam de forma tão clara a questão da sexualidade. Nessa mesma edição temos o texto “*Mito y religion*” de Kate Millet, outro exemplo de artigo que não trazia explícito em seu título a palavra sexualidade, mas que tinha como tema central a sexualidade feminina e a sua relação com o patriarcado⁴².

Enquanto isso, no Brasil, localizamos no primeiro editorial do periódico *Nós Mulheres*, de 1976, certo posicionamento do grupo editor⁴³, como podemos observar pelo excerto abaixo.

Além disso, aprendemos que sexo é um pecado para NÓS MULHERES, que devemos ser virgens até o casamento, e que as relações sexuais entre marido e mulher devem ser realizadas tendo como principal objetivo a procriação. Aprendemos também que devemos estar sempre preocupadas com nossa aparência física, que devemos ser dóceis, submissas e puras para podermos conseguir maridos. [...] E muitas vezes não entendemos porque eles podem ter uma liberdade que para nós é considerada pecaminosa.⁴⁴

Na mesma edição era publicada a carta de um leitor que comentava a questão da liberdade sexual para as mulheres e como uma certa obrigação em “[...] aceitar sexo como uma coisa corriqueira, sem que elas próprias no fundo estivessem preparadas para manter relações sexuais sem serem casadas”⁴⁵ as levaria fatalmente a um divã de psicanalista. A resposta do periódico foi que os problemas decorrentes de uma relação sexual insatisfatória não estavam relacionados a nenhuma classe, estado civil ou sexo. Uma solução seria a discussão e a desmitificação de certos temas, como o orgasmo, já que, segundo as editoras, 80% das mulheres não chegavam a ter orgasmo. Com a divulgação e discussão desses temas, “[...] isso deixa de ser problema a ser levado ao psicanalista, **porque não é simplesmente um problema individual**”⁴⁶. A mulher frígida não existiria.

⁴⁰ TOTKIN, K. Op. Cit., p. 20.

⁴¹ Segundo Juliet Mitchell, Freud afirmava que “Na infância ambos os sexos têm uma sexualidade masculina (o clitóris é o equivalente exato do pênis)”. Cf. MITCHELL, Juliet. Sobre Freud e a distinção entre os sexos. In:_____. *Psicanálise da sexualidade feminina*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 5.

⁴² MILLET, Kate. Mito y religión. *Persona*. N. 5. Buenos Aires, 1975, p. 21-22.

⁴³ O corpo editorial nesse primeiro periódico ainda não estava dividido em conselho editorial e colaboradoras, como nas publicações seguintes. No número 1 aparecem apenas as colaboradoras e Marisa Correa como jornalista responsável. Ela seria a responsável até a edição número 3 do jornal. No editorial, agradeciam a Ruth Escobar pelo financiamento do número e as todas as demais mulheres, que com seus depoimentos contribuíram para o “nascimento” do jornal. *Nós Mulheres* Editorial. Ano 1. N. 1. São Paulo, jun. 1976, p. 2.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ *Nós Mulheres*. Cartas. Ano 1. N. 1. São Paulo, p. 18. O autor da carta está identificado como Marcos Behâr, do Rio de Janeiro.

⁴⁶ Idem. Grifo do texto.



Esse posicionamento das editoras⁴⁷, que a uma primeira impressão se mostraria “libertário” ao abordar essa temática, não estava tão visível em nenhum dos artigos, crônicas ou em qualquer outra forma de apresentação dos textos, a não ser nos aqui analisados. Talvez porque, conforme Gilda Fucs, “Durante muito tempo falar de sexo era inviável, já que sexo era sempre associado a ideias negativas de ‘coisa feia’, pecado, erro, vergonha, imoralidade e sujeira”⁴⁸.

Na mesma edição do Nós Mulheres, de 1976, na crônica “Lindonéia ou o peso da vida” temos um retrato do desejo reprimido ou da não permissão de sentir desejo. Fiquemos com ela:

Mulher tem que amar o homem que casou na Igreja com ela. Depois, como é que eu posso querer ficar com a fama de mulher que não presta, que larga o marido? Eu tenho minha filhinha pra criar e não quero que os outros chame ela (sic) de filha de uma coisa que não sou. A gente não deve ser aventureira. Esses moços da rua é muito bonito (sic), mas quero ver qual deles vai ser bom como o Dito, me dar sustento e garantir o futuro da menina? Eu sozinha não consigo, tenho até medo de pensar⁴⁹.

Muito do que é expresso por Lindonéia vai ao encontro dos argumentos de Betty Friedan, no livro Mística Feminina. Mas, aqui, temos uma mulher pobre que não pode ou não tem como gastar suas tardes em shoppings ou jogando bridge. No depoimento, Lindonéia expõe como foi criada para o casamento, mas que seu sonho era casar com um moço bonito, não com o Dito, que era velho (dez anos a mais) e gordo. Contudo, Dito era um homem bom, que até tinha guardado dinheiro para o casamento deles. Então o que fazer? Lindonéia casou. E deu esse depoimento como interna do Hospital Psiquiátrico do Estado em São Paulo. Ela relatava a sua rejeição em praticar sexo com o marido. Ao mesmo tempo em que não queria a relação sexual, sentia-se culpada, pois era sua obrigação atender aos seus pedidos.

Na fala de Lindonéia⁵⁰ vemos expressa a angústia de muitas mulheres, que fogem e negam a prática do ato sexual com os maridos. Mulheres que eram tolhidas na expressão de seus desejos mais íntimos, relacionados tanto à vida profissional quanto afetiva, por vezes viam ou tinham como solução apenas o casamento. Além de sofrerem opressão, a própria educação não as incentivava ou não lhes mostrava que podiam ser donas de suas vidas. Seria interessante pensar como essas mulheres de classes populares recebiam informações que diziam respeito à sexualidade e ao corpo, entre outras questões. O ano do depoimento de Lindonéia é 1976. A jornalista Carmen da Silva no início da década de 1960 já abordava o “problema sem nome” em seus artigos publicados na revista Claudia.

⁴⁷ Maria Lygia Q. de Moraes utiliza-se do termo produtoras no lugar de editoras; em seu livro A experiência feminista dos anos setenta, a autora faz um interessante relato de como era o funcionamento e a organização da redação e produção do periódico.

⁴⁸ FUCS, Gilda Bacal. Prefácio. In: SUPPLY, Marta. Conversando sobre sexo. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, s/d, p. 15.

⁴⁹ Nós Mulheres. Lindonéia ou o peso da vida. Ano 1. N. 1. São Paulo, p. 16.

⁵⁰ Idem.



Mas parte boa do ranço sobre a situação das mulheres permanecia. Nós Mulheres exibiu em 1976 a reportagem “A rainha do lar não tem cetro nem coroa”, em que podemos ver um dos primeiros posicionamentos das redatoras do jornal sobre o tema sexo. Em uma conversa com sete mulheres⁵¹, a entrevistadora as questionava sobre como vivenciavam sua sexualidade. Uma das perguntas era:

Sexo: prazer ou obrigação?

E conforme C: “Obrigação, é que a mulher é obrigada a lavar, passar, fazer comida e ainda quando o marido vem, a dormir com o marido”.

M., uma das entrevistadas, discorda questionando que manter relações sexuais com o marido seria diferente das obrigações domésticas e que estas ficavam a cargo das mulheres.

E, C. rebate: “E, agora, do jeito que a gente foi educada e tudo, você tem que satisfazer o seu marido, e não o teu marido te satisfazer”.

Outra entrevistada, H. não percebia que manter relações sexuais era uma obrigação. “Se a gente quer, muito bem, se não quer...”⁵².

Acredito que as entrevistas dessa reportagem sintetizam exemplarmente o dilema enfrentado por muitas mulheres naqueles anos pós-revolução sexual. Algumas conseguiam vivenciar o prazer, viver a sexualidade amplamente, mas muitas, como Lindonéia e C., se viam confrontadas pelo padrão de educação que receberam e as exigências de uma revolução sexual.

Essas questões viriam também para as páginas dos periódicos feministas, no Brasil e na Argentina, como em tantas outras partes. A questão do corpo enquanto objeto de desejo estava bem presente nos periódicos.

A comparação entre os periódicos permitiu perceber que essa foi a maneira como as mulheres sul-americanas discutiram e expuseram as questões relacionadas ao sexo e ao prazer. Podemos afirmar que os temas referentes às questões sexuais muitas vezes ficavam fora dos periódicos feministas; entre os aqui analisados, principalmente de Nós Mulheres, publicado no Brasil a partir de 1976. Podemos afirmar que esse era um reflexo do momento vivido no país, como assinalou a pesquisadora Cynthia Sarti, pois, para contar com o apoio de alguns setores da Igreja Católica e da esquerda na luta contra a ditadura, fazia-se necessário o silêncio diante de algumas das reivindicações do movimento feminista da Segunda Onda que geravam forte polêmica, como o aborto. Mas como conceber que um periódico feminista fosse mais discreto na abordagem desses temas do que um jornal como a Folha de São Paulo, por exemplo?

O tema da interrupção da gravidez – o aborto –, foi discutido no Persona da primeira etapa e também no Nós Mulheres, mas de forma muito discreta neste último. Isso, entretanto, não ocorreu com a discussão sobre reprodução, que teve maior destaque. Sobre este assunto, Nós Mulheres

⁵¹ Algumas das entrevistadas eram donas de casa e também faziam dupla jornada, exercendo atividades além das do lar.

⁵² Nós Mulheres. A rainha do lar não tem cetro nem coroa. Ano 1. N. 2. São Paulo, set./out. 1976, p. 9.



trazia artigos que o tocavam de maneira ampla. Era o reflexo de um debate que acontecia em torno da política populacional em países “subdesenvolvidos”, partindo do medo que os países “centrais” tinham de uma provável explosão demográfica. Os grupos da esquerda adotaram posições contrárias à política governamentista militar. Essa discussão estava bastante presente nas páginas do Nós Mulheres. Em suma, não podemos afirmar que este periódico tenha sido discreto ao abordar a temática dos métodos contraceptivos e da política do controle da natalidade. Sua discrição esteve ligada à descriminalização do aborto.

Fontes:

PERIÓDICOS

Brasil:

Nós Mulheres

Acervo: Centro de Informação da Mulher (CIM) – São Paulo

Acervo: Arquivo Edgard Leuenroth – Campinas, São Paulo

Mulherio

Acervo: NIGS/UFSC

Acervo: Fundação Carlos Chagas – São Paulo

Argentina:

Persona

Acervo: CIM (Centro Informação Mulher) – São Paulo

Acervo: CeDInCI (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en la Argentina) – Buenos Aires

* Todos os periódicos aqui analisados também estão disponíveis em CDs e fotocópias no LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC.

Bibliografia

BÉJIN, André. O poder dos sexólogos e a democracia sexual. In: ARIÈS, Philippe e BÉJIN, André (Orgs.). *Sexualidades ocidentais*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 236-254.

Estudos Feministas. Encarte. Vol. 15. N. 1. Florianópolis, janeiro-abril, 2007, p. 11.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 15 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

FUCS, Gilda Bacal. Prefácio. In: SUPLICY, Marta. *Conversando sobre sexo*. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, s/d, p. 15.

GIAMI, Alain. Palestra: *Cem anos de homossexualidade*. Florianópolis: UFSC, 13.04.2006.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.



LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

PHETERSON, Gail. Prostituição II. In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009, 205-206.

RIBEIRO, Mariska. Direitos reprodutivos e políticas descartáveis. *Estudos Feministas*. Ano 1. N. 2. Rio de Janeiro: CIEC Escola de Comunicação UFRJ, 1993, p. 400-407.